

RECURSO ADMINISTRATIVO



Arildo Marinho <arildomarinho@hotmail.com>

sex 10/06/2022 18:24

Para:Edital <edital@araraquara.sp.gov.br>;

2 anexos (763 KB)

RECURSO ADMINISTRATIVO.pdf; RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020 - RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional.pdf;

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA/SP.

Referente: CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022

KLEBER BATISTA DE OLIVEIRA, brasileiro, amasiado, agricultor, residente e domiciliado a Rua João Kanezo Sakamoto, nº 120, Bairro CDHU, CEP 14.240-000, no município de Cajuru, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 40.428.817-0 - SSP/SP e do CPF/MF nº 363.441.798-64, vem tempestiva e respeitosamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra minha **INABILITAÇÃO** em face à decisão tomada pela Comissão Municipal de Licitações no âmbito de julgamento da **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022**.

Atenciosamente;

Kleber Batista de Oliveira
Cel.nº 16 - 99969 - 6703

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA/SP.



Referente: **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022**

KLEBER BATISTA DE OLIVEIRA, brasileiro, amasiado, agricultor, residente e domiciliado a Rua João Kanezo Sakamoto, nº 120, Bairro CDHU, CEP 14.240-000, no município de Cajuru, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 40.428.817-0 - SSP/SP e do CPF/MF nº 363.441.798-64, vem tempestiva e respeitosamente apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

face à decisão tomada pela Comissão Municipal de Licitações no âmbito de julgamento da **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022** epigrafado, o que se faz pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

A RECORRENTE atendendo à convocação desse respeitável ente público, no âmbito do **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022**, com seu objeto é a Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutícolas) de fornecedores individuais da agricultura familiar e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326/2006, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Alimenta Brasil (PAB), conforme especificações descritas nas tabelas seguintes, visando atender prioritariamente as famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, mediante a distribuição de cestas de hortifrúti nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), podendo ainda fornecer os alimentos ao público beneficiário das entidades sócio assistenciais e programas sociais do município, contribuindo desta forma para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). participou deste certame licitatório.

Este recorrente na data de 31 de MAIO de 2022, 10:00 horas (horário de Brasília-DF), na Gerência de Licitação - 3º andar – Paço da Prefeitura Municipal de Araraquara Rua São Bento, 840 – Centro, apresentou os envelopes Nº 01 – HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA DE VENDA, contendo todas as suas documentações em atendimento ao presente edital.

Esta requerente em seu ENVELOPE 01 – HABILITAÇÃO, apresentou as seguintes documentações exigidas no Artigo 7º, Inciso I, letras a) à e) da RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020 Dispõe sobre a execução da modalidade "Compra Institucional", no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, sendo eles os seguintes documentos:

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Art. 7º Para a habilitação das propostas, exigir-se-á:

I - dos Beneficiários Fornecedores:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF*
- b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;*
- c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura do participante ;*
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;*
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda.*

Ocorre que, na análise das documentações contidas no ENVELOPE 01 – HABILITAÇÃO, fomos INABILITADO, pelos seguintes motivos:

1 – KLEBER BATISTA DE OLIVEIRA, por não ter apresentado a DAP ou CAF, desatendendo o item 5.1.2. do edital, bem como não ter apresentado Certidão Negativa de Debitos Federal, Certidão Municipal e Certidã de Debitos Trabalhistas.

Vejamos o que o presente edital diz:

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os beneficiários **fornecedores individuais** da agricultura familiar deverão apresentar em Envelope os documentos relacionados a seguir, sob pena de inabilitação:

5.1.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

5.1.2 Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física ou Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF) com validade vigente;

5.1.3 Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

5.1.4 Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda (Anexo II);

5.1.5 CadÚnico, se for cadastrado; e

5.1.6 Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

5.1.7 Certidões negativas federal, estadual e municipal;

5.1.8. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos** perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **certidão negativa**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Esta requerente vem esclarecer para o primeiro item de minha inabilitação a nobre comissão de licitação que para exigência estabelecida no **Subitem 5.1.3**, apresentamos o documento fornecido via internet emitido no dia 25 de maio de 2022 que se trata do **Extrato da DAP Física do agricultor familiar, emitido nos últimos 60 dias** (conforme imagem na página 4), documento este em vigência e podendo substituir o exigido do **subitem 5.1.2.**, conforme estabelecido **Artigo 7º, Inciso I, letras b) da RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.**



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Declaração de Aptidão ao Pronaf

Extrato de DAP

Chave do extrato: 15203869
Emitido em: 25/05/2022 às

Informações Gerais		
DAP: SDW0363441798641211200209	Versão DAP: 1.9.3	Enquadramento: V
Emissão: 12/11/2020	Validade: 12/11/2022	Município/UF: Cajuru/SP
Última Versão: Sim	DAP Válida: Sim	DAP Expirada: Não
Titular(es)		
Nome: Kleber Batista de Oliveira	Nome: Aline Patricia Finamour	
CPF: 363.441.798-64	CPF: 390.962.368-90	
Categoria	Condição e posse de uso da terra	
Demais agricultores familiares.	Comodatário	
Emissor da DAP		
Emissor: SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	CNPJ: 46.384.400/0002-20	
Nome do Responsável: OSMAR DE ALMEIDA JUNIOR	CPF: 364.680.948-52	

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço:
<http://dap.mda.gov.br>

Para as exigências estabelecidas nos Subitens 5.1.7 Certidões negativas federal, estadual e municipal e 5.1.8. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos** perante a **Justiça do Trabalho**, este requerente não apresentou nenhum documento por estar **isento** de sua apresentação por se tratar de um agricultor familiar sendo pessoa física.

As presentes exigências estabelecidas nos subitens 5.1.7 e 5.1.8 devem ser apresentadas somente para agricultores caracterizados como pessoa jurídica sendo elas identificadas **Artigo 7º, Inciso II da RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020**, com os seguintes requisitos;

RESOLUÇÃO Nº 84

Artigo 7º

Inciso II

II - das Organizações Fornecedoras:

- a) número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) Proposta de Venda de Produtos da Agricultura Familiar assinado pelo seu representante legal (Anexo III);
- f) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (Anexo V);
- g) a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- h) a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

Parágrafo Único. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Órgão Comprador a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Portanto as exigências estabelecidas nos subitens 5.1.7 e 5.1.8 não devem ser consideradas por se tratar de documentação específicas e requisitos para Organizações Fornecedoras da Agricultura familiar sendo elas consideradas pessoas jurídicas e a presente **Chamada Pública** é destinados **somente fornecedores individuais da agricultura familiar** sendo eles **pessoas físicas** que se enquadrem nas disposições da **Lei Federal nº 11.326/2006**.

Diante dos fatos acima narrados por esta **REQUERENTE** e dos argumentos fáticos e jurídicos expostos para avaliação de Vossas Senhorias é que requereremos a **REFORMA** de sua decisão sobre a **INABILITAÇÃO** deste licitante, tornando **HABILITADO** no **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022** ou em fulcro no **Paragrafo Unico, do Inciso II, do Artigo 7º da RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020** nos conceda novo prazo para apresentação de novos documentos para suprir as exigências do presente edital.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Cajuru/SP, 09 de junho de 2022.



KLEBER BATISTA DE OLIVEIRA
RG nº 40.428.817-0 - SSP/SP
CPF/MF nº 363.441.798-64

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/08/2020 | Edição: 156 | Seção: 1 | Página: 13

Órgão: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva



RESOLUÇÃO Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a execução da modalidade "Compra Institucional", no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - GGPAA, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de junho de 2003, e pelo art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, em consonância com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a execução da modalidade "Compra Institucional" do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que consiste na compra de alimentos de agricultores familiares realizada por meio do procedimento administrativo denominado "Chamada Pública" para atendimento de demandas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I - Beneficiários Fornecedores - agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II - Organizações Fornecedoras - cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo GGPAA;

III - Órgão Comprador - órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - Chamada Pública - procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras.

§ 1º Os beneficiários fornecedores serão identificados pela sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 2º A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 3º As vendas realizadas por organizações fornecedoras deverão ser originadas integralmente de beneficiários fornecedores, devendo ser respeitado o limite individual definido para esta modalidade.

Art. 3º Os produtos adquiridos no âmbito dessa modalidade poderão ser destinados para:

I - as ações de promoção de segurança alimentar e nutricional;

II - o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da rede socioassistencial;

III - atendimento de demandas de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

IV - outros definidos pelo órgão comprador.

CAPÍTULO II

DA AQUISIÇÃO, DOS LIMITES E DO PREÇO

Art. 4º As aquisições de produtos da agricultura familiar, no âmbito da modalidade Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída nesta Resolução;

II - os beneficiários fornecedores e as organizações fornecedoras comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos I e II do art. 2º, conforme o caso;

III - sejam respeitados os seguintes valores máximos anuais para aquisições de alimentos, por órgão comprador:

a) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar; e

b) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por Organização Fornecedor, respeitados os limites por unidade familiar; e

IV - os produtos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

§ 1º São considerados produção própria os produtos in natura, os processados, os beneficiados ou os industrializados, resultantes das atividades dos beneficiários referidos nos incisos I e II do art. 2º desta Resolução.

§ 2º São admitidas a aquisição de insumos e a contratação de prestação de serviços necessárias ao processamento, ao beneficiamento ou à industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, inclusive de pessoas físicas e jurídicas não enquadradas como beneficiárias do Programa, desde que observadas as diretrizes e as condições definidas pela Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 78, 8 de setembro de 2017.

Art. 5º O preço de aquisição a ser pago ao agricultor familiar ou a suas organizações pelos alimentos deverá constar na Chamada Pública e será determinado pelo órgão comprador mediante a utilização de qualquer dos seguintes métodos ou da combinação deles:

I - Preço médio pesquisado em, no mínimo, três mercados varejistas em âmbito local, regional ou nacional, incluídos todos os custos operacionais, taxas e tributos para entrega em local definido na Chamada Pública;

II - Preço atualizado de mercado que pode ser verificado por meio de consulta ao Painel de Preços, desenvolvido pelo Ministério da Economia, disponibilizado no endereço eletrônico <http://paineldepresos.planejamento.gov.br/>;

III - Pesquisa de preços publicados em mídia de domínio amplo ou em sites eletrônicos especializados, que contenham a data e hora de acesso, a exemplo dos dados disponibilizados nos sites Centrais de Abastecimento - CEASA e Companhia Nacional de Abastecimento - Conab no âmbito do PAA.

§ 1º A ordem de prioridade para a definição do preço de aquisição será, preferencialmente, o preço do produto local, territorial, estadual ou nacional.

§ 2º Para a definição de preços dos produtos agroecológicos ou orgânicos fica permitida a pesquisa de preço no mercado varejista desde que o fornecedor esteja com registro atualizado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 3º Na impossibilidade de pesquisa de preço para a compra de produtos orgânicos ou



agroecológicos, os preços poderão ser acrescidos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.



CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

Art. 6º A demanda por alimentos por parte do Órgão Comprador, será divulgada por meio de chamada pública, que conterá no mínimo as seguintes informações:

- I - objeto a ser contratado;
- II - quantidade e especificação dos produtos;
- III - local e periodicidade da entrega;
- IV - critérios de seleção dos beneficiários ou organizações fornecedoras;
- V - condições contratuais;
- VI - relação de documentos necessários para habilitação; e
- VII - preço de aquisição, as condições de pagamento e os critérios do reajustamento de preços;
- VIII - vigência.

Art. 7º Para a habilitação das propostas, exigir-se-á:

- I - dos Beneficiários Fornecedores:
 - a) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF
 - b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
 - c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura do participante (Anexo III);
 - d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
 - e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda (Anexo IV).
 - II - das Organizações Fornecedoras:
 - a) número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
 - c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
 - e) Proposta de Venda de Produtos da Agricultura Familiar assinado pelo seu representante legal (Anexo III);
 - f) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (Anexo V);
 - g) a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
 - h) a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
- Parágrafo Único. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Órgão Comprador a abertura de prazo para a regularização da documentação.
- Art. 8º Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública.
- Art. 9º O edital de chamada pública deverá classificar as propostas conforme os seguintes critérios de seleção:
- I - agricultores familiares do município ou estado nesta ordem de prioridade;

- II - comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
- III - assentamentos da reforma agrária;
- IV - grupos de mulheres;
- V - produção agroecológica ou orgânica.



§ 1º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre os beneficiários ou organizações finalistas.

§ 2º Caso o Órgão Comprador não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de projetos de vendas de fornecedores municipais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais níveis territoriais, de acordo com os critérios de priorização estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 1º.

Art.10. O Órgão Comprador deverá publicar os editais de chamada pública em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação e, caso haja, em seu endereço na internet e divulgar para organizações locais da agricultura familiar e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado.

§1º O Órgão Comprador poderá entrar em contato com o Ministério da Cidadania para divulgar o edital de chamada pública no Portal de Compras da Agricultura Familiar - www.comprasagriculturafamiliar.gov.br

§2º Os editais de chamada pública deverão permanecer abertos para recebimento das propostas de venda por um período mínimo de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os pagamentos pelos produtos adquiridos no âmbito da modalidade Compra Institucional serão realizados diretamente aos beneficiários fornecedores ou às organizações fornecedoras.

Art. 12. O Ministério da Cidadania disponibilizará aos Órgãos Compradores o Portal de Compras da Agricultura Familiar (www.comprasagriculturafamiliar.gov.br) como ferramenta eletrônica para divulgação das Chamadas Públicas e notícias da agricultura familiar e apoio na realização das compras realizadas por meio da modalidade Compra Institucional.

Art. 13. As despesas com a execução das ações de que trata esta Resolução serão realizadas com recursos próprios do Órgão Comprador.

Art. 14. Ficam revogadas as seguintes Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos- GGPA:

- I - a Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012;
- II - a Resolução nº 56, de 14 de fevereiro de 2013;
- III- a Resolução nº 64, de 20 de novembro de 2013; e
- IV - a Resolução nº 73, de 26 de outubro de 2015.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MATEUS SOARES DA ROCHA

p/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ÊNIO MARQUES PEREIRA

p/ Ministério da Cidadania

ISABELLA FIGUEIREDO

p/ Ministério da Educação

MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO

p/ Ministério da Economia